

IV S E P E X L E

seminário de pesquisa e extensão em letras

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ
Campus Soane Nazaré de Andrade
21 a 23 de Maio de 2012

Sobre a prática de análise linguística na escola: exame de uma proposta curricular de língua portuguesa

Cecília Souza Santos Sobrinha (UESC/FAPESB)¹

Resumo: Este trabalho tem como objetivo apresentar os resultados parciais da Iniciação Científica, a qual se volta para a questão da proposta curricular de Língua Portuguesa na Bahia. Nesse sentido, a pesquisa visa a analisar o discurso pedagógico das propostas curriculares de escolas da Bahia para o ensino de português no Ensino Básico, com a finalidade de tecer uma crítica à prática da análise linguística desses documentos e de elaborar um modelo de proposta curricular fundamentado de acordo com os autores estudados na pesquisa. Desse modo, tomou-se como corpus de pesquisa a Proposta Curricular do Centro Integrado Oscar Marinho Falcão (CIOMF), escola pública localizada na cidade baiana de Itabuna. Realizou-se pesquisa de caráter qualitativo, baseada em referências bibliográficas, tais como livros, artigos acadêmicos e documentos. Recorreu-se a autores conceituados como Irlandé Antunes, Marcos Bagno, Wanderley Geraldi, Émerson Pietri, Eni Orlandi, dentre outros, além dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), os quais iluminam a análise do documento do CIOMF, no sentido de identificar os posicionamentos ideológicos da escola sobre o ensino de português que se apresentam ao professor como norteador de sua prática escolar. A pesquisa, até o momento, constatou que a Proposta Curricular do CIOMF para o ensino de Língua Portuguesa não está baseada na reflexão linguística, já que a prática de ensino sugerida no documento é de cunho normativo e tradicional. Situação que revela o desconhecimento de um saber científico do funcionamento da linguagem e das concepções atuais de língua que norteiam o ensino. Por fim, a próxima etapa da pesquisa é refinar a análise e elaborar nossa proposta curricular.

Palavras-chave: Língua Portuguesa. Ensino. Proposta Curricular. Análise linguística.

1. Introdução

Nas últimas décadas, o ensino de Língua Portuguesa sofreu mudanças relevantes devido às orientações teórico-metodológicas referentes à análise e reflexão da língua. Contudo, ao que parece, apesar das mudanças, o ensino de português limita-se, ainda, na maioria das instituições escolares, às regras mecânicas e de memorização da gramática normativa. Nessa ótica, os compêndios gramaticais, com conteúdos defasados, bloqueiam o desenvolvimento linguístico do aluno. Esse

¹ Discente do Curso de Letras da UESC. Bolsista do programa PIBIC/FAPESB, sob orientação do Prof. Dr. Eduardo Lopes Piris. Integrante do ProEDA – Programa de Divulgação dos Estudos sobre Discurso e Argumentação.

IV **S E P E X L E** seminário de pesquisa e extensão em letras

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ
Campus Soane Nazaré de Andrade
21 a 23 de Maio de 2012

tipo de ensino reproduz, sobretudo, o discurso dos currículos de Língua Portuguesa elaborados a partir de uma visão prescritiva da língua.

Desse modo, os currículos são feitos como se o conhecimento científico fosse acabado e, dessa forma, sem questionamentos, contestações e, muito menos, sem confrontos com a realidade da prática escolar. Apesar de os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (PCNs/LP) já trazerem uma abordagem reflexiva da língua, pautada nas teorias da Análise Linguística (AL), observa-se que ainda há, por parte das instituições escolares e dos professores, resistência à prática de ensino recomendada pelo referido documento.

Diante desse quadro, o nosso estudo pretende mostrar que apesar das transformações ocorridas no ensino de Língua Portuguesa, na década de 1980, com os eixos didáticos de leitura e produção textual, proporcionados pela Análise Linguística e, também, defendidos pelos PCNs, as escolas limitam-se ao ensino tradicional da gramática normativa, principalmente por influência das propostas curriculares de língua portuguesa.

Assim, nossa pesquisa pretende evidenciar as incoerências no ensino de Língua Portuguesa no que diz respeito ao trabalho com a análise da língua, examinando a proposta curricular da instituição de ensino CIOMF, escola pública localizada na cidade baiana de Itabuna.

2. Um panorama histórico do componente curricular “Língua Portuguesa”

O currículo de Língua Portuguesa foi concebido, por um longo tempo, a partir de uma perspectiva prescritiva. Embora nos anos 1950 e 1960, o currículo de Língua Portuguesa já mostrasse mudanças significativas, principalmente em relação à gramática e ao texto, ainda prevalecia o discurso da tradição gramatical. Conforme Soares (2002), naquele momento, o estudo sobre a língua e estudo da língua começam a constituir, de certa forma, uma disciplina com conteúdo articulado. Assim, nos anos 1950 e 1960, ou se estudava a gramática por meio do texto, ou se estudava o texto com os instrumentos que a gramática oferece.

Entretanto, apesar da disciplina Língua Portuguesa já apresentar as primeiras tentativas de um ensino articulado, os livros didáticos separavam a gramática do texto. Segundo Soares (2002),

IV S E P E X L E

seminário de pesquisa e extensão em letras

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ
Campus Soane Nazaré de Andrade
21 a 23 de Maio de 2012

essa situação denota uma forte tradição gramatical, presente até os dias de hoje. Desse modo, verifica-se que a primazia da gramática normativa nas escolas se explica por dois motivos: pela força da tradição que vem dos tempos do sistema jesuítico e, talvez, pelo vazio que ainda existe do abandono da retórica e da poética, visível, por um longo tempo, nos currículos escolares.

Consoante Santos (2005), os currículos de Língua Portuguesa, na década de 1970, passaram por mudanças significativas, apesar de manterem com a sociedade, ainda, uma relação restrita, uma vez que a sua elaboração não se dava de um ponto de vista crítico, mas atendendo uma classe social dominante. Essas mudanças, decorrentes da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - n.5.692/71- concerne à ampliação das possibilidades de acesso ao ensino formal e ao aumento, de quatro para oito, do número de anos de escolarização básica.

As alterações que o currículo de Língua Portuguesa sofreu, durante a década de 1970, foi resultado dos objetivos e das ideologias impostas pelo governo do regime militar, instaurado em 1964. Pietri (2010) nos diz que a elaboração desse documento, proporcionou alterações não apenas na estrutura curricular do ensino fundamental, como também na concepção de ensino e aprendizagem.

Desse modo, a nova lei não só reformulou o ensino primário e médio do Brasil, assim como alterou a denominação da disciplina *língua portuguesa*, que passou a ser denominada *comunicação e expressão*, nas séries iniciais do 1º grau, e *comunicação em língua portuguesa*, nas séries finais desse grau. No 2º grau, o termo “comunicação” desaparece e será substituído por *Língua Portuguesa e Literatura Brasileira*. Sobre isso, Pietri (2010) afirma que as mudanças no currículo de Língua Portuguesa ocasionaram incoerências na concepção de língua e de ensino, já que a gramática normativa e os conhecimentos da linguística moderna se opuseram.

Apesar dessas mudanças, as disciplinas curriculares, durante todo esse tempo, foram responsáveis pela escolarização do saber, uma vez que “extrair de uma área do conhecimento uma ‘disciplina curricular’ é escolarizar o conhecimento, isto é, instituir um certo saber a ser ensinado e aprendido na escola”. (SOARES, 2002, p. 155).

Na segunda metade dos anos 1980, as denominações *comunicação e expressão e comunicação em Língua Portuguesa* desapareceram e a disciplina, portanto, voltou a ser chamada

IV S E P E X L E

seminário de pesquisa e extensão em letras

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ
Campus Soane Nazaré de Andrade
21 a 23 de Maio de 2012

português, uma vez que a concepção de língua e de ensino de língua já não fazia parte do contexto político e ideológico da época. Nesse período, as teorias linguísticas interferem, de forma significativa, na disciplina de Língua Portuguesa. Com isso, a linguística textual amplia a concepção de gramática, a fim de mostrar que os professores não devem ficar limitados às estruturas fonológicas e morfossintáticas. Nessa ótica, Soares (2002) pontua que a *Linguística Textual* traz para o âmbito do ensino de português uma nova proposta, baseada numa nova maneira de tratar o texto, a oralidade e a escrita.

Uma nova concepção de língua: uma concepção que vê a língua como enunciação, não apenas como comunicação, que, portanto, inclui as relações da língua com aqueles que a utilizam, com o contexto em que é utilizada, com as condições sociais e históricas de sua utilização. (SOARES, 2002, p. 173.)

Embora, os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) tragam a concepção de ensino de português, a partir de práticas de leitura e de produção textual, em situações reais e concretas de interlocução e do conhecimento que o aluno já possui de sua prática linguística, Soares (2002) nos diz que é necessário que algumas questões sejam esclarecidas como: a definição de parâmetros curriculares para a disciplina de português, a reformulação dos cursos de formação de professores e a avaliação dos livros didáticos para essa disciplina.

Para Santos (2005), um dos primeiros passos para que o ensino de Língua Portuguesa venha a mudar é fazer com que os currículos sejam entendidos como uma produção de signos, construção de conhecimento, como texto, discurso, prática de significação, portanto, um local de questionamentos e descobertas.

3. Análise Linguística: Um novo olhar no ensino de Língua Portuguesa

IV S E P E X L E

seminário de pesquisa e extensão em letras

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ
Campus Soane Nazaré de Andrade
21 a 23 de Maio de 2012

No Brasil, nas últimas décadas, o modelo de ensino de Língua Portuguesa vem sendo questionado a partir da proposta da análise linguística (AL). Apesar dessa perspectiva já nortear a prática pedagógica, a maioria das instituições de ensino continuam restritas a concepção de gramática normativa-prescritiva. Isso se deve, sobretudo, as propostas curriculares assumidas pelas escolas que, segundo Franchi (1998), com apoio da gramática normativa, escondem intuições interessantes sobre a linguagem.

Antunes (2002) afirma que não se deve criar uma constituição que o estudo da língua se reduza a um conteúdo insípido e inócuo, destituído, sobremaneira, de sentido social e de relevância comunicativa como faz as gramáticas normativas e, conseqüentemente, as escolas. É necessário que o ensino de português esteja fundamentado na prática da análise linguística.

Dessa maneira, o uso da expressão “análise linguística” não pode ser considerado mais uma terminologia sem importância, no entanto, uma realidade que deve ser, o quanto antes, posto em prática, pois proporciona uma reorientação para o ensino de português, baseado na leitura e escrita de textos, da análise dos problemas encontrados nos textos, em vez de apenas exercícios estruturais de gramática que os alunos não fixarão e, muitos menos, aprenderão.

Mendonça (2006) pontua que a análise linguística corresponde a uma reflexão crítica das questões tradicionais da gramática normativa e da produção textual no que concerne à coesão e coerência interna do texto, adequação do texto aos objetivos pretendidos, bem como a organização e inclusão de informações. Sendo assim, a AL engloba os estudos gramaticais, mas a partir de um novo paradigma, na medida em que, os objetivos alcançados correspondem a outros aspectos não condizentes ao proposto pela gramática normativa.

O termo *análise linguística* não foge à regra, ou seja, surgiu para denominar uma nova perspectiva de reflexão sobre o sistema linguístico e sobre os usos da língua, com vistas ao tratamento escolar de fenômenos gramaticais, textuais e discursivos. Foi cunhada por Geraldini em 1948, no artigo “Unidades básicas do ensino de português”, parte da coletânea *O texto na sala de aula* ([1984]197c) para se contrapor ao ensino tradicional de gramática, para firmar um novo espaço relativo a uma nova prática pedagógica. (MENDONÇA, 2006, p.103)

IV **S E P E X L E** seminário de pesquisa e extensão em letras

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ
Campus Soane Nazaré de Andrade
21 a 23 de Maio de 2012

Dessa forma, Mendonça (2006) ressalta que, numa perspectiva sociointeracionista de língua, a AL constitui um dos três eixos básicos de língua materna, ao lado da leitura e da produção textual. Por isso, a análise linguística apresenta como objetivo central refletir sobre os elementos e fenômenos linguísticos, considerando o desenvolvimento das habilidades de falar, ouvir, ler e escrever os textos em língua portuguesa. Nesse aspecto, a posição do professor de português não pode ser centrada unicamente em regras e exercícios de memorização. O ensino de Língua Portuguesa exige uma prática pautada na comunicação e na interação entre os sujeitos, como propõe Vygostsky (1998).

Segundo esse teórico, é necessário que o aprendizado do indivíduo seja organizado, adequadamente, de forma que proporcione vários processos de desenvolvimento mental, uma vez que os alunos não aprenderão por meio de uma série de exercícios de fixação e, portanto, não conseguirão internalizar todos os conteúdos. Por esse motivo, pontua Antunes (2004), a metodologia de ensino da língua materna precisa ser revisada, pois os alunos precisam abandonar a memorização mecânica de regras, de frases soltas, inventadas e perceber a multiplicidade de usos e de funções a que a língua se presta.

Sendo assim, os alunos deixarão de ver a língua, apenas, como uma coisa uniforme, entendendo que a língua estudada na escola corresponde à mesma que circula em seu meio social. Não significa que o ensino da gramática normativa não venha acontecer, adverte Geraldi (2003). É função da escola, como afirma os PCNs (1997), instrumentalizar o indivíduo para que atue de forma plena na sociedade a qual está inserido. No entanto, a concepção de gramática normativa deve estar baseada na análise linguística. Com isso, é preciso que a revisão gramatical se faça à luz das novas propostas da reflexão linguística. Só assim, a gramática será vista na perspectiva da linguagem como forma de atuação social, incluída, portanto, naturalmente na vida dos sujeitos falantes.

Não obstante, um dos primeiros passos para que a análise linguística se torne realidade nas escolas brasileiras é fazer com que as propostas curriculares de língua portuguesa deixem de ser prescritivas e se tornem reflexivas, valorizando, dessa forma, o domínio de competências que permitam a plena participação do indivíduo, enquanto cidadão, nas atividades exigidas pela sociedade.

IV **S E P E X L E** seminário de pesquisa e extensão em letras

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ
Campus Soane Nazaré de Andrade
21 a 23 de Maio de 2012

É preciso que os professores, afirma Franchi (1998), percebam que a falta de reflexão está sobre o que realmente se está fazendo, quando se faz gramática no modo que fazemos. Diante disso, é de extrema importância que se perceba as limitações e equívocos da prática escolar, do modo como a linguagem foi entendida durante todo esse tempo, como um manual sobre a arte de falar e escrever bem.

4. Análise do discurso da proposta curricular do “CIOMF”

Sabemos que, embora contenham propostas louváveis de reformulação das práticas tradicionais de línguas, como os PCNs (1997), os professores ainda consideram a língua como um fenômeno homogêneo, sobretudo estrutural, respaldado nas regras da gramática normativa. Desse modo, a fim de verificar se as propostas curriculares de escolas da Bahia apresentam os conteúdos de maneira articuladas como propõem os PCNs, buscou analisar o discurso da proposta curricular de LP do Centro Integrado Oscar Marinho Falcão (CIOMF), localizado na cidade baiana de Itabuna.

Nesse sentido, realizou-se um contraponto entre a proposta curricular do CIOMF e dos documentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) com intuito de verificar se os professores desenvolvem os conteúdos a partir das seguintes habilidades: a fala, a escuta, a leitura e a escrita do aluno. A partir disso, observou-se que os discursos dos PCNs (1997) sugerem que as propostas curriculares de Língua Portuguesa apresentem os conteúdos de maneira articulada a partir do USO/REFLEXÃO/USO. Esse eixo, além de estabelecer um tratamento cíclico no ensino de português, também permitirá que os mesmos conteúdos de Língua Portuguesa apareçam de maneira articulada ao longo de toda a escolaridade, mudando, dessa forma, apenas o grau de aprofundamento e sistematização dos conteúdos.

No entanto, a maioria das propostas curriculares de Língua Portuguesa ainda apresenta a seguinte divisão: língua, literatura e redação, também nomeada interpretação de texto, como verificado na matriz curricular da 1ª a 3ª série do Ensino Médio do CIOMF. Assim, verificou-se que sua proposta curricular para todo o Ensino Médio não apresenta a organização dos conteúdos de maneira articulada, como sugerem os PCNs.

IV **S E P E X L E** seminário de pesquisa e extensão em letras

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ
Campus Soane Nazaré de Andrade
21 a 23 de Maio de 2012

Definir os conteúdos para o ensino de Língua Portuguesa além de ser uma questão didática depende, sobretudo, dos objetivos da escola, bem como dos próprios professores. O critério de organização dos conteúdos de Língua Portuguesa em termos de USO/REFLEXÃO/USO também define o eixo didático. Dessa forma, caracteriza um movimento metodológico de AÇÃO/REFLEXÃO/AÇÃO, em que a reflexão deve se incorporar nas atividades linguísticas dos alunos, fazendo com que eles tenham a capacidade de monitorá-las com eficácia. (PCNS, 1997, p. 47).

Assim, segundo os PCNs (1997), todo professor, independente de sua área de formação e de atuação, deve ter o texto como instrumento de trabalho, por isso o texto deve ocupar lugar de destaque no cotidiano escolar, o que não ocorre com a proposta do CIOMF, que além de não articular os conteúdos, não define os conteúdos que serão trabalhados na produção textual, nomeada em sua matriz curricular como “interpretação de texto”, dando, portanto, destaque apenas aos assuntos gramaticais e literários.

Observou-se, igualmente, que tal proposta não adere às orientações dos PCNs no que concerne ao fundamento da área de Língua Portuguesa, bem como aos blocos de conteúdos e ao tratamento didático, uma vez que pontua os conteúdos que serão abordados no que a proposta chama de disciplinas de literatura e de gramática, sem descrever os seus objetivos para a aprendizagem dos alunos, voltadas, sobretudo, para as suas habilidades. Constatou-se, ainda, que a proposta curricular do CIOMF define os conteúdos para o ensino de português, contudo, não especifica os objetivos desses conteúdos para as séries referidas, bem como não relaciona a prática da produção textual ao ensino de literatura e de gramática, como propõem a análise linguística.

No entanto, é importante ressaltar que, a análise pela análise não faz sentido. Segundo Mendonça (2006), a escola não tem de formar gramáticos ou linguístas descritivos, e sim pessoas capazes de agir verbalmente de modo autônomo, seguro, eficaz, tendo em vista os propósitos das múltiplas situações de interação em que estejam engajados.

Por isso, AL surge como alternativa complementar às práticas de leitura e produção textual de texto, dado que possibilitaria a reflexão consciente sobre os fenômenos gramaticais e textual-discursivos que perpassam os usos linguísticos, seja no momento de ler/ escutar, de

IV **S E P E X L E** seminário de pesquisa e extensão em letras

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ
Campus Soane Nazaré de Andrade
21 a 23 de Maio de 2012

produzir textos ou refletir sobre esses mesmos usos da língua. (MENDONÇA, 2006, p. 204).

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que há uma discrepância no discurso da proposta curricular do CIOMF relacionada ao discurso dos PCNs. Desse modo, é possível perceber que, além dos conteúdos não serem articulados na proposta curricular do CIOMF, prevalece a excessiva valorização da gramática normativa. É nesse sentido que Bagno (2002) afirma que o que se encontra na sala de aula ainda é uma prática pedagógica de ensino de língua que revela pouca ou nenhuma influência de todas as novas perspectivas de abordagem do fenômeno da linguagem. Isso ocorre devido ao desconhecimento de um saber científico acerca do funcionamento da linguagem e das concepções de língua atuais que norteiam o ensino e que, talvez, seja um dos responsáveis por tais eventualidades.

Essas conclusões, tiradas a partir das observações acima relatadas, colocam questões, a saber: ao não aderir o discurso dos PCNs, o discurso das propostas curriculares revela apenas a deficiência de um saber científico sobre a linguagem, tal como entendem Bagno (2002) e outros especialistas no assunto, ou isso é o sintoma de uma polêmica entre dois discursos pedagógicos distintos sobre o ensino de português? Qual é o sentido de “língua”, “linguagem” e “ensino” nos discursos dos PCNs e da proposta curricular do CIOMF?

Geraldi (2003) nos diz que os saberes ensinados na sala de aula não passam de réplicas e simplificações dos saberes científicos, transformados em saberes decorrentes de programas e currículos escolares que ainda estão centrados em técnicas insatisfatórias de classificações de segmentos de orações e critérios que não dão conta dos fatos das línguas naturais.

5. Considerações Finais

Apesar dos grandes avanços da linguística, da elaboração dos documentos dos PCNs (1997), ainda ocorre, na maioria das escolas brasileiras, o ensino de Língua Portuguesa baseado nas velhas regras gramaticais.

IV **S E P E X L E** seminário de pesquisa e extensão em letras

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ
Campus Soane Nazaré de Andrade
21 a 23 de Maio de 2012

A partir da análise da proposta curricular do CIOMF e dos documentos dos PCNs (1997), constatou-se que essa situação é decorrente, sobretudo, da elaboração dos currículos de Língua Portuguesa, os quais se limitam as doutrinas gramaticais. Por esse motivo, não estabelecem um diálogo entre as teorias linguísticas e os discursos dos professores na sala de aula.

Ainda que, mudanças significativas contemplassem os currículos de Língua Portuguesa, até hoje, não se desenvolveram estudos abordando, de fato, os aspectos linguísticos e a articulação dos conteúdos de português. Na verdade, é necessário que o ensino deixe de ser descontextualizado e seja fundamentado na reflexão da linguagem, no aprendizado sistemático do aluno, especialmente, na realidade que ele está inserido.

Desse modo, o objetivo do ensino de português deve estar centrado na ampliação da competência comunicativa do aluno, isto é, nas quatro habilidades já defendidas pelo PCNs: a fala, a escuta, a leitura e a escrita de textos fluentes e relevantes.

Consoante Bagno, é necessária a inevitável travessia: da prescrição gramatical, à educação linguística. Com isso, o ensino de português criará oportunidades para que o aluno deixe de ser um mero reproduzidor das regras mecânicas da gramática normativa e passe a ser um construtor de ideias, portanto, um excelente produtor de textos.

Referências

ANTUNES, I. Repensando o objeto de ensino de uma aula de português. **Aula de português: encontro e interação**. 2º ed. São Paulo: Parábola, 2002. p. 107-153.

_____. O que são regras de gramática? **Muito além da gramática**. São Paulo: Parábola Editorial. 2007. p. 70-77.

IV **S E P E X L E**
seminário de pesquisa e extensão em letras

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ
Campus Soane Nazaré de Andrade
21 a 23 de Maio de 2012

BAGNO, Marcos. A inevitável travessia: da prescrição gramatical à educação lingüística. In: _____; STUBBS, Michael; GAGNÉ, Gilles. **Língua materna: letramento, variação & ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2002. p.13-84.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília, 1997.

FRANCHI, C. **Criatividade e gramática**: São Paulo: SE/CENP, 1998.

GERALDI, J. W. (org.). **O texto na sala de aula**. 4 ed. São Paulo: Ática, 2003.

MENDONÇA, M. **Análise Linguística no Ensino Médio: um novo olhar, um outro objeto**. In: Clécio Bunzen e Márcia Mendonça (orgs). **Português no ensino médio e formação do professor**. São Paulo. Parábola Editorial, 2006

PIETRI, E de. **Sobre a constituição da disciplina curricular de Língua Portuguesa**. Revista brasileira de Educação, v. 15, n. 43 Jan./abr.2010. VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998.

SANTOS, L. L. de C.P. História das disciplinas escolares: perspectivas de análise. Teoria e Educação, Porto Alegre, n. 2. P. 21-29, 1990.

SANTOS, N. C. F. **Currículo de Língua Portuguesa: Uma análise do processo de enunciação d o gênero curricular**. VEREDAS FAVIP, Caruaru, Vol. 2, n. 01, pp. 8-18, jan./jun. 2005.

SOARES, M. **O Português na escola**. História de uma disciplina curricular. In: Bagno, M. (org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Edições Loyola, 2002, p. 155-176.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. Organizadores Michael Cole. Traduzido por José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.